



A EDUCAÇÃO DO CAMPO COM O OLHAR PARA A INCLUSÃO

Maria Eliane de Lima¹
Maria José de Souza Barbosa²
Deusanete Pinto Machado³
Jeferson Willams Alves da Silva⁴
Maria da Paz Demes Gonçalves⁵
Katriene Sousa Martins⁶

Eixo: Educação Especial e suas Interfaces com a educação do campo
Comunicação Oral

RESUMO

Esta pesquisa visa apresentar sobre a atuação do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), no que tange as ações que visam melhores condições de acessibilidade no Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Rural de Marabá (CRMB). O referencial teórico utilizado foi para embasar contextos sobre a importância da educação inclusiva e acessibilidade e, a metodologia utilizada na pesquisa foi aplicação de questionário semi-estruturado com perguntas direcionadas para deficiências e ou necessidades educacionais, e consultas aos relatórios de ações do NAPNE e de outros documentos e relatórios institucionais, tendo como resultados parciais, o diagnóstico dos servidores do CRMB, no que tange a auto avaliação dos sentidos, além de informações relacionadas às ações do NAPNE.

Palavras-chave. Deficiências. Inclusão. Educação Especial

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Rural de Marabá (CRMB), localizado no Assentamento 26 de Março, o qual originou-se a

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA- Campus Castanhal;

² Docente da Universidade Federal do Pará(UFPA);

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA- Campus Castanhal;

⁴ Assistente Social pela Universidade Norte do Paraná-UNOPAR;

⁵ IFPA- Técnica em Enfermagem e Assistente Social pela UFPA;

⁶ IFPA- Estagiária de Serviço Social pela UNIP.



partir da criação da Escola Agrotécnica de Marabá, fruto de mobilizações e organização da luta dos movimentos sociais, por reforma agrária e pela constituição e melhoria de condições que viessem desenvolvimento a região no âmbito da sustentabilidade ambiental e da produção familiar no Sudeste paraense (IFPA/CRMB, 2010).

Essa luta, tem como resultado a conquista de cerca de 500 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária e com a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com cursos em todos os níveis e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltado para assentados do Sudeste paraense, por isso o campus se referênciamos nos acúmulos das experiências anteriores que se pautaram na pedagogia da alternância (IFPA/CRMB, 2010).

Assim, a constituição do campus foi voltada para os sujeitos do campo, tendo como foco a agroecologia que representa a tentativa de assegurar o direito à educação sem sair do campo, como forma de atender as demandas e os seus interesses considerando e respeitando os seus saberes tradicionais e sua cultura, promovendo a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento regional

Desse modo, o CRMB tem como missão, promover a educação profissional e tecnológica de qualidade, a partir dos diferentes níveis e modalidades de ensino, sobretudo técnico integrado com o ensino médio, dos povos do campo da mesorregião do sudeste do Pará, considerando as demandas sociais, econômicas e culturais que se apresentam em prol do fortalecimento das potencialidades, estimulando os projetos e pesquisas na área da sustentabilidade ambiental.

Com vistas a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892, de 29.12.2008), foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA), a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal (EAFIC) e de Marabá (EAFMB) o qual, atualmente possui 12 campi, dentre eles o Campus Industrial de Marabá (IFPA/CRMB, 2010).

Nesse contexto o CRMB dispõe do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, direcionado aos povos oriundos das áreas de assentamentos de



Reforma Agrária e acampamentos do sudeste do Pará e tem como estratégia teórico-metodológica a alternância pedagógica, esta por sua vez é vivenciada em dois tempos-espços formativos, sejam eles o Tempo Escola e Tempo Comunidade na perspectiva da Educação do Campo. Conforme aponta Gimonet, (2016) os dois tempos formativos são articulados, formando sempre uma continuidade e integração do conhecimento.

O Tempo Escola, é o período em que os educandos ficam em regime de semi-internato, no CRMB, por um período aproximado de 30 dias, tendo aulas teóricas em sala de aula, laboratórios e aulas práticas nas Unidades de Integração de Ensino Pesquisa e Extensão (UNIEPEs). Ressaltando que nesse período os educandos são subsidiados pelo orçamento da assistência estudantil que garante aos mesmos: alojamentos, alimentação, materiais escolares, serviços de assistência à saúde com equipe multidisciplinar e outros serviços necessários para a permanência dos mesmos no Tempo Escola.

O Tempo Comunidade, é o período em que o educando, retorna com um estudo dirigido para ser desenvolvido na vivencia familiar na sua comunidade, tendo como referência o que aprendeu no Tempo Escola, e nesse período é realizada uma visita técnica por docentes para acompanhar como está sendo desenvolvido o estudo, buscando compreender as dificuldades e possibilidades e ao mesmo tempo realizar as orientações necessárias.

O Campus dispõe de um Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Especificas (NAPNE), que através de uma portaria expedida pelo Campus em 2012, foi designado uma equipe mínima para a atuação, composta por profissionais das áreas do serviço social, psicologia, pedagogia, interprete em libras, transcritores em brailes, de forma que de acordo com, o Art. Art. 5º do Regimento do NAPNE/CRMB, (2012) possam realizar as seguintes ações:

- I. Articular os setores da sua instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades e material didático-pedagógico específico a ser utilizado; gerenciar o atendimento técnico educacional voltado para a educação inclusiva; II. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; III.



Cuidar da divulgação de informações, eventos, dentre outros, sobre as ações inclusivas; IV. Desenvolver parcerias e intercâmbios com instituições e organizações para ações inclusivas; V. Envolver a família, a comunidade acadêmica e outras organizações nos processos de planejamento e tomada de decisão concernente à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais; VI. Fomentar e realizar programas de treinamento à comunidade acadêmica voltados à provisão da educação na perspectiva inclusiva. Fomentar, em todos os programas educacionais da instituição a perspectiva inclusiva, seja desde a seleção/admissão dos alunos, do programa curricular, da metodologia de aula, das condições ambientais, do sistema de avaliação, acompanhamento do egresso, enfim, perpassando todos os espaços educacionais. VII. Estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer as relações humanas em respeito à diversidade e às diferenças entre as pessoas; e alimentar o sistema de banco de dados adotado pela instituição e pelo MEC, nos dados referentes a educação inclusiva (P. 02)

As ações descritas são de fundamental importância, para uma educação inclusiva, e com isso, se faz necessário uma formação nessa área, tanto do corpo docente como os demais servidores do campus, de forma continuada, de modo que possa envolver no processo formativo os educandos com o intuito de trazer debates e reflexões no âmbito da educação do campo na perspectiva da educação inclusiva.

Nesse contexto, a partir da missão do NAPNE que é realizar ações voltadas para a atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais: pessoas com deficiências; altas habilidades e superdotação; com transtornos do desenvolvimento; deficiências psicossociais e transtornos específicos, de maneira que a equipe o núcleo possa desenvolver as atividades a ela inerente, de modo como consta no §1º- A estrutura dos NAPNEs que deverá ser constituída de espaço e mobiliário para a coordenação, espaço específico, mobiliário e recursos multifuncionais para atendimento as pessoas com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais.

Atualmente o núcleo é vinculado ao Departamento de Assistência e Saúde da Comunidade Acadêmica (DASCA), por ser um departamento que atua nas questões



de promoção e prevenção a saúde de toda a comunidade acadêmica do campus, que já vem desenvolvendo ações que valorizam a melhor qualidade de trabalho, ensino e aprendizagem.

Até o momento a equipe compõe o NAPNE, desconhece casos de pessoas com deficiências no CRMB, porem já foram identificadas outras situações de educandos que precisaram de atendimento e acompanhamento profissional, resultando em ações que possibilitaram uma melhor qualidade do ensino e aprendizagem dos mesmos.

Uma dessas ações pode-se citar como exemplo o edital de auxílio óculos pela assistência estudantil, e uma educanda foi contemplada, recebeu um valor de R\$500,00(quinzentos reais) para auxiliar na compra dos óculos, lembrando que muitos educandos se inscreveram para este auxílio e não foram contemplados, pois não apresentaram todos os documentos conforme edital (DEPARTAMENTO DE APOIO AO EDUCANDO (DAE)/CRMB, 2015)

Atualmente devido à falta de alguns profissionais, o NAPNE dispõe de apenas uma assistente social, um psicóloga, uma coordenadora técnica e uma secretaria, as quais vem buscando parcerias com outras redes de serviço, no sentido de se capacitarem, buscar informações e outras experiências na área da educação inclusiva, com intuito de uma maior compreensão para o desenvolvimento das ações propostas no regimento já citado.

Com isso o objetivo desta pesquisa é apresentar dados referentes às ações que vem sendo desenvolvidas pelo NAPNE, tendo como referencia a realidade da educação do campo no contexto do CRMB e, no item a seguir será ampliadas reflexões no âmbito do NAPNE no contexto da Educação do Campo numa perspectiva da educação inclusiva.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é tida como um dos principais alicerces da vida social, ela contribui para uma ampliação dos saberes e dos conhecimentos sociais, culturais e políticos e,



para a liberdade e emancipação humana, aliado a valorização de uma relação pedagógica, que tem um compromisso ético - político (BRASIL, 2001).

Inclusão parte do princípio de ações que agregam o panorama político, cultural, social e pedagógico, vistas a garantia de direito de todos de modo que se tenha acesso à educação e a informação como forma de aprender, sem nenhum tipo de discriminação ou exclusão. Conforme direciona o Decreto nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001 todas as pessoas possuem os mesmos direitos e as pessoas com deficiências não podem ser submetidas a situações discriminatórias, devendo ter a dignidade e poder ir e vir em segurança, sendo respeitado todos os seus direitos, como todos os seres humanos, independente de cor, raça, etnia, religião e condições físicas ou mentais.

O NAPNE está em funcionamento neste Campus, desde 2012, e desde então vem realizando ações no sentido de viabilizar melhores condições de acessibilidade e, o passo inicial deste núcleo foi formar a equipe, que por sua vez segundo o seu regimento deve ser composto minimamente por uma coordenação técnica, profissionais do serviço social, da psicologia, interprete em libras dentre outros.

Nesse sentido, tratar da educação inclusiva na perspectiva da educação do campo, implica em pensar em todo um contexto socioeconômico, político e cultural, que vem sendo construído a partir das reivindicações e aprovações de Documentos, Leis e Decretos que direcionam para a garantia dos direitos de pessoas com deficiências e, com isso parte-se dos princípios e direitos universais para igualdade de acesso aos bens e serviços necessários para o desenvolvimento humano (NASCIMENTO, 2009).

Nessa mesma direção Caiado e Melletti (2011) apontam que, trabalhar na interface das áreas que são educação do campo e educação inclusiva já traz grandes desafios, uma vez que ambas são direitos sociais e historicamente são movidos pelas lutas sociais em prol do desenvolvimento dessas áreas.

E na realidade deste campus, o núcleo por meio de sua equipe, vem se sensibilizando com as questões ligadas a inclusão, com isso se propôs em investigar se os servidores deste campus apresentam algum tipo de deficiência ou necessidades



específicas para que posteriormente possam realizar ações/atendimentos no sentido de melhorar na qualidade de trabalho dos mesmos.

Aliado a esta investigação, os questionamentos se ampliaram também para investigar se há casos de pessoas com deficiências na família, uma vez que essa equipe trabalha o ensino, pesquisa e extensão, e considerou importante conhecer a realidade da família, para que se for identificado casos de deficiências na família e se houver necessidade a equipe poderá pensar em ações para esse público, no sentido de orientação e encaminhamento, de acordo com a realidade e demanda de cada um.

3 O CAMPUS RURAL DE MARABÁ NA VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

A luta pela política de inclusão social é histórica, mesmo com a intensificação dos debates e enfrentamentos, nesse sentido, garantir as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências requerem atenção especial é um compromisso do CRMB com isso é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação a aqueles com qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1998).

Na dimensão da educação inclusiva é fundamental a garantia do acesso e participação de todos, nas mais diversas formas de vivências e experiências formativas que o CRMB oferece a comunidade acadêmica tendo respeito as peculiaridades individuais e/ou de grupos sociais a que pertencem.

Nesse contexto, a educação inclusiva é algo que deve ser oferecido a comunidade de forma incondicional de modo que não restrinja ou impossibilite a participação de nenhum cidadão e que nesse processo educacional seja fomentado possibilidades e construções subjetivas e identitárias para uma sociedade plural com ética e compromisso político, social, econômico e cultural.

Na defesa de uma educação alinhada ao acolhimento de todos os que buscam um ensino voltado para a educação do campo, o Campus Rural de Marabá se propõe em garantir uma educação inclusiva a todos independentemente das origens socioeconômicas, das convicções políticas e religiosas, das orientações sexuais, da



etnia, do gênero e das condições físicas e mentais. Nesse contexto, o CRMB busca firmar-se a partir de uma postura de reconhecimento das diversidades, com um olhar comprometido com a educação inclusiva, aberto as discussões, bem como a promoção de condições que favoreçam a acessibilidade total, como é demonstrado nesta pesquisa visando identificar fatores que possa interferir nas atividades laborais dos servidores deste campus.

Para uma educação do campo inclusiva é fundamental valorizar os sujeitos envolvidos no processo educacional e ocupacional e, com isso, políticas de educação voltadas para a formação humana parte-se da compreensão de que precisa ser um espaço que tenha condições de uma convivência harmoniosa e respeitosa as todas as diversidades, sociais, econômicas, políticas e culturais (MUNARIN, 2011).

3.1 Campus Rural de Marabá valorizando a acessibilidade e qualidade vida no trabalho

Ter uma qualidade de vida no trabalho é de fundamental importância, mas para isso, requer das instituições e suas respectivas gestões, um olhar diferenciado para a valorização humana, pois, é preciso que se tenha uma sincronia e harmonia para se atingir os objetivos dos profissionais e da organização que esse servidor.

Quando se pensa nessa valorização humana deve-se ter um olhar mais amplo, de modo que possa identificar todos os meios que possam ser ou se tornarem uma barreira qualquer pessoa desenvolver suas atividades com plena satisfação e acessibilidade. Foi valorizando a acessibilidade, qualquer pessoa poder ir e vir nas dependências do CRMB, a equipe fez um levantamento de todos os espaços internos e externos do campus, construiu um termo de referência (documento interno) solicitando providencias a gestão do Campus quanto as condições de acessibilidade do campus e as necessidades de adaptações e novas instalações e construções de estruturas que viessem possibilitar uma acessibilidade plena a todas as dependências. (NAPNE, CRMB, 2012).



Na prática para atingir metas as instituições exige compromentimentos dos seus servidores, porém é preciso a que se tenha a contrapartida organizacional, subsidiando com estrutura física com acessibilidade, servidores suficientes para o desenvolvimento das atividades, capacitações dentre outras condições que possam favorecer um ambiente agradável de se trabalhar (OLIVEIRA, 2010).

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi aplicada, pois, o objetivo foi fazer um diagnóstico de situações relacionadas a deficiências e ou necessidades específicas dos servidores do CRMB e a partir de então realizar as ações e intervenções em prol de uma melhor qualidade de vida no trabalho dos mesmos. Como aponta Prodanov (2013), a pesquisa aplicada tem como objetivo suscitar informações para aplicação prática de uma ação com vista a solução de problemas específicos.

Esta pesquisa foi quantitativa, pois foi possível mensurar o quantitativo de servidores que apresentaram algum tipo de deficiências e ou necessidades específicas, de modo que posteriormente, possa ser realizada ações e ou intervenções visando a qualidade de vida e de trabalho dos mesmos. Na pesquisa quantitativa os dados obtidos na pesquisa são traduzidos em números e percentuais, sendo necessário utilizar os recursos das técnicas de estatística desde a mais simples como os percentuais ao mais complexo (RICHARDSON, 2014).

Os sujeitos da pesquisa foram os servidores do CRMB, entre os terceirizados e efetivos sendo que de 52 docentes 29 preencheram o questionário, quanto aos técnicos administrativos, 22 de 32 responderam, com relação aos terceirizados, 25 de cerca de 45 também responderam.

Quanto aos procedimentos técnicos, para compreender melhor sobre a educação inclusiva na perspectiva da educação do campo inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica, além de ser o passo inicial vem fundamentar cientificamente o



objeto questionado, e com isso o pesquisador se vale de diversas fontes bibliográficas, as quais vieram subsidiar o presente trabalho.

Conforme complementa Lakatos (2003) a pesquisa bibliográfica tem uma abrangência já tornada pública sobre a temática abordada que vai desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas científicas, monografias, material cartográfico entre outros, contribuindo para um maior embasamento e fundamentação da pesquisa.

Foi realizada a pesquisa documental, uma vez que, foi de fundamental importância ter acesso aos dados institucionais, bem como os relatórios do DAE, DASCA, Gestão de Pessoas, NAPNE, PPP do campus dentre outros documentos que puderam subsidiar a pesquisa com as informações necessárias para as reflexões. Para Gil (2008) esse tipo de pesquisa pode ser confundida com pesquisa bibliográfica, mas o que se difere é a natureza das informações

Para obter as informações dessa pesquisa, foi feita pesquisa de campo e o universo, foi o Município de Marabá e como lócus o Campus Rural de Marabá-Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará, o qual está localizado no Projeto de Assentamento 26 de Março, aproximadamente a 28 km da sede do Município de Marabá-PA, na BR 155, sentido Eldorado dos Carajás, em uma área de 354 hectares.

Quanto aos instrumentais da pesquisa foi utilizado a aplicação de questionários semiestruturados contendo perguntas relacionados a deficiências e ou necessidades educacionais aos servidores do CRMB, entre os efetivos e terceirizados. Quanto aos efetivos, preencheram os questionários os docentes e técnicos administrativos de nível fundamental, médio e superior e os terceirizados foram os servidores que trabalham na cozinha, na limpeza (serviços gerais), copeiras e vigilantes.

Os formulários foram entregues pessoalmente e explicado sobre a importância da investigação, pois, de acordo com os dados coletados o núcleo poderia pensar em ações voltadas para a acessibilidade e melhoria na qualidade ocupacional dos servidores deste campus.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES



No total de 52 docentes 29 entre efetivos e substitutos responderam aos questionários e entre eles conforme quadro abaixo foi possível perceber que com relação aos sentidos, um número significativo de docentes considera sua audição regular considerando os indicadores (bom, regular, ruim e excelente). Com relação a audição, paladar e olfato, uma servidora considerou ruim os três sentidos.

Destaca-se que, nesta pesquisa não se quer investigar somente deficiências e sim outras necessidades específicas que possam vir interferir na qualidade de trabalho e na saúde dos servidores, por isso que se ampliou para o tato, paladar e olfato, uma vez que o ensino divide em teorias e práticas, atividades em laboratórios dentre outros.

Tabela 01 – Dados informados pelos docentes do CRMB

INDICADORES	VISÃO	AUDIÇÃO	OLFATO	TATO	PALADAR
BOM	04	04	01	4	4
REGULAR	07	03	01	-	-
RUIM	-	01	01	-	01
EXCELENTE	11	17	22	21	21

Fonte: Dados do NAPNE/CRMB – 2016

Essa investigação também foi direcionada aos servidores da categoria técnicos administrativos, sendo aqueles de nível superior, nível médio e fundamental, de todos os setores da instituição. No total de 32 dessa categoria, 21 responderam ao questionário e a partir da investigação sobre a própria avaliação dos seus sentidos, tendo como base os mesmos parâmetros da tabela acima, obteve-se como resultados os números significativos com relação aos sentidos, como é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 02 – Fonte: Dados informados pelos servidores técnicos administrativos do CRMB.

INDICADORES	VISÃO	AUDIÇÃO	OLFATO	TATO	PALADAR
--------------------	--------------	----------------	---------------	-------------	----------------



BOM	10	11	08	6	8
REGULAR	5	1	-	-	-
RUIM	1	1	-	-	-
EXCELENTE	5	8	13	15	13

Fonte: NAPNE/CRMB – 2016

Nessa tabela com dados referentes a informações apresentadas pelos técnicos administrativos, dentre os resultados que chamaram atenção foram com relação ao paladar, audição e visão os quais consideraram bom e com relação a visão e audição somente 01 servidor considerou ruim.

Com relação aos servidores terceirizados, de modo ainda parcial, foram identificados dados significativos com dificuldade de enxergar, com isso consideraram bom, regular e ruim. Tudo isso, demonstra que as ações de educação inclusiva, devem ser voltadas para toda a comunidade acadêmica do CRMB.

Com relação a casos de pessoas com deficiência na família, foi identificado principalmente nas famílias dos servidores terceirizados, como e possível apontar, dentre os tipos de deficiências cegueira, física e mental. Tudo isso, podem ser indicativos de futuras ações e intervenções do NAPNE a partir de olhar voltado para a inclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer essas reflexões no âmbito das áreas da educação inclusiva e educação do campo é de grande relevância, uma vez são áreas que historicamente perpassaram por lutas, desafios e conquistas. E realizar o diagnóstico sobre os aspectos referentes a deficiências e ou necessidades específicas dos servidores do CRMB.

Desse modo, as informações coletadas nessa investigação foram de fundamental importância para traçar um perfil dos servidores e seus familiares considerando os fatores da educação inclusiva e necessidades específicas, a partir



das condições de saúde especiais, bem como para traçar estratégias e ações que visem melhorar a qualidade de trabalho dos mesmos.

No entanto esse trabalho não se esgota aqui, a proposta da equipe que compõe o Núcleo é fazer uma formação voltada para a educação inclusiva com todos os servidores do CRMB de forma contínua através de parcerias com outras instituições, além disso, pretende-se, envolver a comunidade no sentido de prestar maiores esclarecimentos e orientações com relação as deficiências e ou necessidades específicas, uma vez que, foram identificados casos de pessoas com deficiências nas famílias de servidores.

7 REFERENCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Art. 205. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 de out. de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial**. MEC/SEESP, 2001;

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001**. Convenção da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso: em 05 de nov. de 2016.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v.17, 2011. Edição Especial.

DAE - Campus Rural de Marabá - IFPA. **Relatório das Ações Marabá: 2015**;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMONET, Jean-Claude. A Alternância na Formação Método Pedagógico ou novo Sistema Educativo? **A experiência das Casas Familiares Rurais**. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Alternancia.pdf>>. Acesso em: 05 nov. de 2016.

IFPA / CRMB. **Projeto Político Pedagógico do Campus Rural de Marabá - IFPA**. Marabá: 2010.



LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MUNARIM, Antônio. Educação do Campo: identidades em construção. **Educação na Reforma Agrária: gênese da Educação do Campo no Brasil**. 2 ed. [s. L.]: FETAMG, 2011.

NAPNE **Campus Rural de Marabá - IFPA**. Regimento do NAPNE / Marabá: 2012, p.02.

NASCIMENTO, Eliane de Sousa. A educação profissional: interfaces com a educação especial. Organizadores: Félix Díaz, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas / Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009;

OLIVEIRA, Roberta Dias Limeira de. Qualidade de vida no trabalho de funcionários no serviço público: o caso da assembleia legislativa do Estado da Paraíba. UFP. João Pessoa – PB. **Trabalho de Conclusão de Curso**. 2010;

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.